



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
VIÇOSA-MG**

**RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO  
EXERCÍCIO 2018**

**Viçosa, março de 2019.**



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha**  
2/24

**SUMÁRIO**

<b>1. Apresentação.....</b>	<b>03</b>
<b>2. Metodologia.....</b>	<b>04</b>
2.1 Metodologia.....	04
<b>3. Análise do Cumprimento de Metas do PPA e LDO.....</b>	<b>05</b>
3.1. Análise do PPA.....	05
3.1.1. Programa Encargos Especiais.....	05
3.1.2. Programa Administração Geral.....	06
3.1.3. Programa Sistema Operacional de Saneamento Básico.....	07
3.1.4. Programa Abastecimento de Água.....	07
3.1.5. Programa Serviços de Limpeza e Resíduos Sólidos.....	09
3.1.6. Programa Sistema de Esgoto.....	10
3.1.7. Programa Recuperação de Recursos Hídricos.....	11
3.2. Resumo Geral dos Programas.....	12
3.3. Parecer conclusivo sobre a análise do cumprimento de metas do PPA e LDO.....	13
<b>4. Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.....</b>	<b>15</b>
4.1. Gestão Orçamentária.....	15
4.2. Gestão Financeira.....	16
4.3. Gestão Patrimonial.....	17
<b>5. Avaliação do Cumprimento das Metas da LRF.....</b>	<b>19</b>
5.1. Despesas com Pessoal.....	19
5.1.1. Repasses ao IPREVI.....	20
5.2. Restos a Pagar – Dívida Flutuante.....	20
5.3. Créditos Suplementares com anulações de dotações.....	21
5.4. Dívida Ativa.....	21
<b>6. Parecer Conclusivo.....</b>	<b>22</b>
<b>7. Referencial Bibliográfico.....</b>	<b>23</b>



## RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha**  
3/24

### 1. APRESENTAÇÃO

A Assessoria de Controle Interno (ASCIN) do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa, SAAE, Autarquia Municipal, é composta por Murilo Pizato Marques, Administrador, CPF 057.495.976-95, CRA-MG 01-062986/D, detentor do Cargo em Comissão Ampla.

O objeto do trabalho do Controle Interno durante o exercício de 2018 tem por amparo os artigos 70 a 75 da Constituição Federal, a Lei Federal 4.320/64, Resolução nº 1.120/05, da LRF 101/00, Resolução 12/2008 do TCE-MG e da Instrução Normativa 04/2017 do TCE-MG. Está amparado também nas seguintes leis municipais:

Instrumento de Planejamento	Lei	Vigência
PPA	2.676/2017	01/01/2018 a 31/12/2021
LDO	2.630/2017	01/01/2018 a 31/12/2018
LOA	2.677/2017	01/01/2018 a 31/12/2018

Tabela 1) Composição do Sistema Orçamentário

A principal função da ASCIN é assessorar o Diretor Presidente (DIPRE) na fiscalização dos atos dos diversos setores da Autarquia, ao recomendar práticas e procedimentos que possam alavancar a eficácia, eficiência e efetividade no cumprimento das metas e ações dos programas de governo, no cumprimento do planejamento plurianual e no controle da qualidade da prestação dos serviços do SAAE para a população, além de atender aos requisitos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais na prática da legalidade, legitimidade e economicidade.

Para o exercício de 2018 não houve a execução do Plano Anual de Controle Interno, que pudesse delimitar as atividades de controle, não havendo assim uma amostragem que possa ser apresentada em seu contexto mais amplo e que subsidie as análises de todos os programas e metas do PPA, através da execução da LDO e LOA.

Desta forma, este relatório anual de controle interno fará uma abordagem geral das metas estabelecidas no PPA, além de analisar a execução orçamentária, financeira e patrimonial da Autarquia no exercício 2018.

A principal recomendação do Controle Interno ao longo do exercício 2018 foi no sentido da necessidade de maior envolvimento do nível estratégico do SAAE no entendimento e elaboração do planejamento, no estabelecimento de metas e indicadores que reflitam melhor a realidade operacional da Autarquia, para que a gestão estratégica esteja ciente e alinhada com a execução orçamentária, conhecedores das prioridades, das disponibilidades financeiras, de modo que possam entender e facilitar o cumprimento das ações e metas estabelecidas e, principalmente, do uso responsável do erário público na execução prioritária do planejamento das ações.



## RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO 2018

DATA: 13.03.2018

Folha  
4/24

## 2. METODOLOGIA

### 2.1 Metodologia

Conforme já descrito, pela falta do Plano Anual de Controle Interno que pudesse direcionar com mais exatidão as atividades do controle no exercício 2018, faremos neste relatório uma análise geral do sistema orçamentário, composto por três normas básicas: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Dos programas inseridos no PPA, a gestão opta por inscrever na LDO aqueles considerados prioritários para o orçamento do exercício. O Controle Interno analisa a aplicação dos recursos previstos na LDO através do cumprimento das metas de cada ação do PPA, em relação ao indicador que foi gerado para aquela ação. Em decorrência desta análise avalia-se, também, as necessidades de créditos suplementares e as anulações de dotações.

A análise levará em conta a Instrução Normativa 04/2017 do TCE-MG em relação ao cumprimento da legalidade, legitimidade, economicidade e renúncia fiscal. Desta forma, busca-se o entendimento comparativo entre o que foi planejado com o que foi realizado, usando os critérios de eficiência e eficácia.

Os manuais técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU), além do Guia para Monitoramento e Avaliação da Unicef (Guide for monitoring and evolution, UNICEF, 1991) definem de forma geral:

- **Eficiência:** como fazer o máximo possível com o mínimo de recursos disponíveis (esforço aplicado/resultado alcançado);
- **Eficácia:** a capacidade de atingir os objetivos programados (metas previstas/metadas alcançadas);
- **Efetividade:** percepção da avaliação das transformações ocorridas a partir das ações planejadas (atingir, com seus impactos e resultados, os objetivos definidos em sua implementação, sobre o público alvo).



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha  
5/24**

**3. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS DO PPA - 2018**

**3.1. Análise do PPA**

**3.1.1. Programa 0000 – Encargos Especiais**

Código do Programa	Ações Planejadas	Resultado Esperado	Metas		
			Previsto	Realizado	
			Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	Física (%)
0.601	Recolhimento do PASEP	Recolhimento de Contribuição para o PASEP	300.000,00	235.824,00	78,60
0.602	Sentenças Judiciais Condenatórias	Assegurar o pagamento de sentenças judiciais	100.000,00	213,31	0,21
0.603	Contribuição Patronal IMAS Inativos Pensionistas	Contribuição para o IMAS de Inativos e Pensionistas	150.000,00	135.307,30	90,20
Custo Total Estimado do Programa (R\$)			550.000,00	371.344,61	67,52



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha  
6/24**

**3.1.2. Programa 0021 – Administração Geral**

Código do Programa	Ações Planejadas	Resultado Esperado	Metas		
			Previsto	Realizado	
			Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	Física (%)
8.501	Manutenção dos Serviços Administrativos	Manutenção dos serviços adm do SAAE	3.944.600,00	3.117.835,08	79,04
8.505	Programa Combate Perdas de Água e Energia	Combate as perdas de água e energia	250.000,00	0,00	0,00
8.506	Programa Mobilização e Educação Ambiental	Mobilização e educação ambiental e criação das APAs	150.000,00	0,00	0,00
8.508	Criação do Centro de Controle Operacional – CCO	Promover o controle de processos	215.000,00	0,00	0,00
8.510	Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico	Revisar o PMSB	100.000,00	0,00	0,00
8.508	Criação das APA's Interm. Turvo Limpo e Turno Sujo	Garantir a ampliação dos sistemas de água e esgoto	50.000,00	0,00	0,00
9.000	Reformar, Equipar e Manter Unidades Administrativas	Manutenção de prédios das unidades administrativas	130.000,00	0,00	0,00
9.007	Urbanização áreas e Mar. Cursos D'água Interceptores	Revitalização de areias e margens de cursos de água	100.000,00	0,00	0,00
Custo Total Estimado do Programa (R\$)			4.939.600,00	3.117.835,08	64,33



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha  
7/24**

**3.1.3. Programa 0446 – Sistema Operacional de Saneamento Básico**

Código do Programa	Ações Planejadas	Resultado Esperado	Metas		
			Previsto	Realizado	
			Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	Física (%)
8.507	Manutenção do Consórcio Público - CISAB	Apoiar o desenvolvimento do CISAB-ZM	170.000,00	164.892,00	97,00
Custo Total Estimado do Programa (R\$)			170.000,00	164.892,00	97,00

**3.1.4. Programa 0447 – Abastecimento de Água**

Código do Programa	Ações Planejadas	Resultado Esperado	Metas		
			Previsto	Realizado	
			Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	Física (%)
8.502	Operação de Manutenção Sistema de Água	Manutenção do sistema de abastecimento de água	9.884.958,00	8.994.412,07	91,00
8.509	Regularização de Outorgas	Regularização de todas as outorgas	20.000,00	0,00	0,00
8.511	Programas de Recuperação/Regularização de Açudes/tanques	Recuperar e regularizar	20.000,00	0,00	0,00
8.515	Plano Diretor de Água e Esgoto	Criação do Plano Diretor de Água e Esgoto	110.000,00	0,00	0,00
9.002	Ampliação Reforma e Reparelhamento	Ampliação Reforma e Reparelhamento sistema de água	150.000,00	125.267,86	83,51



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha  
8/24**

	sistema de água				
9.003	Const. Amp. Reform. Unidades Captação Tratamento Reservatório	Const. Amp. Reform. Unidades Captação Tratamento Reservatório	250.000,00	186.219,62	74,49
9.004	Ampliação Reforma Padronização Ramais S. Água	Ampliação Reforma Padronização Ramais S. Água	300.000,00	236.386,39	78,80
9.005	Aquisição Instalação Macromedidores e Válvulas	Aquisição Instalação Macromedidores e Válvulas	150.000,00	0,00	0,00
9.006	Construção sistema de Água abastecimento Rural	Construção sistema de Água abastecimento Rural	50.000,00	0,00	0,00
9.018	Reforma e Ampliação Capacidade ETAII	Aumento da capacidade da ETAII	300.000,00	13.070,00	4,36
9.019	Construção Nova Adutora ETA II ao reservatório	Interligação da ETAII ao reservatório	300.000,00	0,00	0,00
9.020	Ampliação Subestação de Energia Captação ETA II	Melhorar o sistema de bombeamento	200.000,00	0,00	0,00
9.021	Reforma Ampliação Capacidade	Aumento da capacidade da ETAII	300.000,00	0,00	0,00
9.024	Construção, Ampliação, Reforma Estação elevatória	Aumento da distribuição de água	300.000,00	0,00	0,00
9.026	Construção Novo reservatório ETA II	Construção do novo reservatório da ETA II	100.000,00	0,00	0,00
9.027	Construção Novo reservatório Bom Jesus	Construção do novo reservatório do Bairro Bom Jesus	100.000,00	0,00	0,00
<b>Custo Total Estimado do Programa (R\$)</b>			<b>12.534.958,00</b>	<b>9.555.355,94</b>	<b>76,23</b>





**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha  
9/24**

**3.1.5. Programa 0448 – Serviços de Limpeza e Resíduos Sólidos**

Código do Programa	Ações Planejadas	Resultado Esperado	Metas		
			Previsto	Realizado	
			Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	Física (%)
8.504	Manutenção Serviços de Limpeza do Município	Manutenção Serviços de Limpeza do Município	5.288.950,00	6.568.974,44	124,20
8.514	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Elaborar o PMGIRS	100.000,00	0,00	0,00
9.015	Ampliação e reformas Sistema de Resíduos Sólidos	Ampliação/Construção de Galpão para o Sistema de RS	120.000,00	0,00	0,00
9.022	Usina de Triagem e Compostagem	Construir e equipar usina de triagem e compostagem	400.000,00	0,00	0,00
9.023	Aterro Sanitário	Manutenção, ampliação e elaboração de projetos	130.000,00	32.112,46	24,70
9.032	Programa de Ampliação da Coleta Seletiva	Contratação das Associações de Catadores para a coleta	270.000,00	160.000,00	59,26
Custo Total Estimado do Programa (R\$)			6.308.950,00	6.761.086,90	107,17



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha  
10/24**

**3.1.6. Programa 0449 – Sistema de Esgoto**

Código do Programa	Ações Planejadas	Resultado Esperado	Metas		
			Previsto	Realizado	
			Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	Física (%)
8.503	Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto	Operação e manutenção dos serviços	1.774.492,00	1.379.334,56	77,73
8.512	Manutenção e acompanhamento das ETES	Manter atividades de manutenção das ETES	50.000,00	4.000,00	8,00
9.010	Ampliação, reforma e reapearelhamento E. Esgoto	Ampliação/Construção de Galpão para o Sistema de RS	180.000,00	5.500,00	3,06
9.011	Construção e Reforma dos Interceptores de Esgoto	Construção e reforma dos interceptores de esgoto	200.000,00	0,00	0,00
9.012	Construção, Reforma Unidades Tratamento Elevatórias	Construção e reformas em unidades de tratamento	150.000,00	0,00	0,00
9.013	Ampliação Reforma Padronização Ramais S. Esgoto	Ampliação Reforma e Padronização das redes de ramais	140.000,00	95.833,64	68,45
9.014	Construção Sistema Esgoto Sanitário no Meio rural	Construção de Sistemas de Esgoto Sanitário no meio rural	40.000,00	0,00	0,00
9.035	Aquisição de Terrenos para ETES	Construção de Sistemas de Esgoto Sanitário no meio rural	100.000,00	0,00	0,00
Custo Total Estimado do Programa (R\$)			2.634.492,00	1.484.668,20	56,36



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha**  
11/24

**3.1.7. Programa 0458 – Recuperação de recursos Hídricos**

Código do Programa	Ações Planejadas	Resultado Esperado	Metas		
			Previsto	Realizado	
			Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	Física (%)
9.008	Preservação e Conservação Mananciais	Preservação e Conservação Mananciais	100.000,00	0,00	0,00
9.009	Convênios com Entidades Preservação Ambiental	Manutenção dos Convênios com Entidades Preservação Ambiental	50.000,00	0,00	0,00
9.016	Convênio ANA/Execução Projeto Produtor Água	Manutenção do convênio	40.000,00	0,00	0,00
Custo Total Estimado do Programa (R\$)			190.000,00	0,00	0,00



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha  
12/24**

**3.2. Resumo Geral dos Programas**

Código do Programa	Descrição do Programa	Resultado Esperado	Metas			
			Previsto		Realizado	
			Financeira (R\$)	Financeira (R\$)	Física (%)	
0000	Encargos Especiais	-	550.000,00	371.344,61	67,52	
0021	Administração Geral	-	4.939.600,00	3.117.835,08	64,33	
0446	Sistema Operacional de Saneamento Básico	-	170.000,00	164.892,00	97,00	
0447	Abastecimento de Água	-	12.534.958,00	9.555.355,94	76,23	
0448	Serviços de Limpeza e Resíduos Sólidos	-	6.308.950,00	6.761.086,90	107,17	
0449	Sistema de Esgoto	-	2.634.492,00	1.484.668,20	56,36	
0458	Recuperação de Recursos Hídricos	-	190.000,00	0,00	0,00	
Custo Total (R\$)			27.328.000,00	21.455.182,73	78,51	



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha**  
13/24

### **3.3 Parecer sobre a análise do cumprimento de metas do PPA e LDO**

A análise de cada um dos programas e suas ações demonstra que a quase totalidade dos recursos estão direcionados para a manutenção das atividades de operação da Autarquia, com pouco ou nenhum recurso utilizado em várias das ações propostas nos programas. Muitas destas ações são evidentemente importantes não só do ponto de vista da melhor estruturação física e gerencial da Autarquia, mas também no cumprimento de políticas públicas de atendimento aos interesses sociais e ambientais da cidade.

Apesar do quadro resumo no item 3.2 demonstrar um fechamento geral relativamente satisfatório, com cumprimento geral das metas financeiras em 78,51% do total, a análise individual das ações que constituem cada programa demonstra que houve a necessidade de ajustes no orçamento para cumprimento exclusivamente de ações ligadas à manutenção das atividades e despesas correntes.

Tais ajustes, feitos a partir de créditos suplementares e anulação de dotação, demonstram que apesar da tentativa de se gerar um planejamento que possa atingir às expectativas de investimentos em ações que visam a melhor estruturação e atendimento social e ambiental, o fluxo financeiro das receitas da Autarquia são insuficientes para tal objetivo, que não apenas para a manutenção dos serviços essenciais à operação do sistema como um todo.

Face ao exposto, recomenda-se à gestão que busque ações que possam incrementar as receitas financeiras da Autarquia, como revisão cadastral, maior atuação da fiscalização quanto a aplicação de multas para casos de atividades ilegais, revisão legal do conceito e valores de multas, maiores investimentos nas ações para redução de perdas do sistema como um todo, revisão e reajuste das tarifas e taxas, dentre outras ações que permitam o retorno da capacidade financeira da Autarquia para os investimentos e cumprimentos de metas ligadas à estruturação e atuação social e ambiental que, no longo prazo, refletem diretamente na qualidade do trabalho dos servidores e da qualidade da prestação dos serviços para a população.

Por outro lado, os resultados demonstrados nas ações não implementadas podem também refletir a falta de envolvimento dos diversos setores da Autarquia nos processos de concepção do planejamento plurianual. A disponibilidade de recursos para os programas deve ser de conhecimento da alta administração, de cada diretoria a quem compete a execução orçamentária e a manutenção das atividades propostas, permitindo a estes que se planejem também em relação ao cumprimento das ações.

Em relação ao PPA, pode-se notar alguns erros no lançamento das metas físicas de algumas ações dentro dos programas, relacionados a ações de caráter não contínuo, como obras, por exemplo, com meta estabelecida de 100% de cumprimento para todos os anos do PPA. Ora, se a ação é cumprida 100% no primeiro ano de sua execução, automaticamente ela não deveria ter percentual a ser cumprido nos demais anos. O correto seria avaliar o investimento total no quadriênio e distribuí-lo nos anos de execução conforme o cronograma da ação. Desta forma se estabelece o percentual de investimento em cada ano e delimita-se de forma mais clara o



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha**  
14/24

cumprimento da ação ao longo dos quatro anos de planejamento.

Uma análise geral da movimentação financeira em relação aos cumprimentos das metas do PPA e análise da LDO do SAAE, entende-se que estas ferramentas estão sendo elaboradas simplesmente para cumprir critérios legais da administração pública. Neste sentido, pode-se afirmar que há o completo cumprimento da legalidade nos processos, mas não podemos afirmar a sua legitimidade, tão logo sabendo que os resultados financeiros não correspondem ao cumprimento das metas estabelecidas como prioridade das ações.

Quanto à economicidade, a análise aponta para uma falta de planejamento sobre a gestão dos recursos financeiros para a finalidade a qual eles estão previstos. Podemos perceber que os valores orçados no PPA superaram em muito os recursos realmente aplicados e, muitos destes, por via de decretos suplementares, anulando dotações de ações cruciais para o cumprimento dos objetivos dos programas. Desta forma, não percebemos uma gestão adequada dos recursos financeiros no sentido da sua aplicação para o qual foi previsto, o que aponta a necessidade de maior análise sobre o planejamento e a elaboração de um planejamento que reflita de forma real a situação da Autarquia, até para que aponte as reais necessidades de intervenção administrativa e servindo de respaldo para as ações que visem o aumento das receitas da empresa.

Sobre o critério da renúncia de receitas, não há concessões e nem vantagens percebidas que possam impactar as receitas da Autarquia. Há de se destacar, porém, uma possível receita que não tem sido faturada, resultante de notórias inconsistências cadastrais que impactam, por exemplo, numa menor receita da taxa de lixo, cuja fórmula de faturamento leva em consideração dados como área construída em sua constituição. A falta de um levantamento atualizado dos dados cadastrais de imóveis na cidade impacta negativamente nesta receita.

Há também a necessidade de maior fiscalização sobre ligações irregulares de água, maior investimento na diminuição de perdas no abastecimento, o que também podemos configurar como receita possível, mas não faturada, uma vez do conhecimento acerca do problema sem uma previsão concreta de ações que possam trazer melhorias.



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha**  
15/24

#### **4. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

##### **4.1. Gestão Orçamentária**

##### **Comparativo das Receitas Orçadas e Arrecadadas**

<b>Receitas</b>	<b>Orçada</b>	<b>Arrecadada</b>	<b>Relação</b>
	<b>(R\$)</b>	<b>(R\$)</b>	<b>(%)</b>
Receitas Tributárias	7.080.000,00	6.951.291,45	98,18
Receita Patrimonial	190.000,00	88.260,80	46,45
Receitas de Serviços	21.821.000,00	16.356.107,65	74,96
Transferências Correntes	500.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	381.000,00	186.746,41	49,01
Receitas de Capital	28.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>30.000.000,00</b>	<b>23.582.406,31</b>	<b>78,60</b>

##### **Relação das Despesas Empenhadas e Liquidadas**

<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Despesas Empenhadas (R\$) (B)</b>	<b>Despesas Liquidadas (R\$)</b>
Despesas Correntes	18.645.668,99	16.730.642,98
Despesas de Capital	916.346,77	743.012,17
Despesas Intra - Orçamentárias	1.893.166,97	1.893.166,97
<b>Total (R\$)</b>	<b>21.455.182,73</b>	<b>19.366.822,12</b>

A análise da gestão orçamentária faz a relação das Receitas Realizadas menos as Despesas Empenhadas. No exercício em questão o resultado orçamentário apontou superávit de R\$ 2.127.223,58. Apesar do resultado positivo, cabe destacar que grande parte deste recurso é destinado ao pagamento do instituto de previdência municipal, referente a aposentados e pensionistas.

Sobre a concepção de análise da eficiência, eficácia e efetividade do cumprimento do orçamento, a execução orçamentária em geral se mostrou satisfatória no aspecto de não expor a Autarquia ao endividamento, porém nota-se pouco esforço aplicado para o cumprimento das metas estabelecidas no PPA.



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha**  
16/24

**4.2. Gestão Financeira**

**Balço Financeiro**

<b>TÍTULOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>VALOR</b>
<b>Receita Orçamentária</b>		
Receitas Correntes		
Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria	6.951.291,45	
Receita Patrimonial	88.260,80	
Receita de Serviços	16.356.107,65	
Outras Receitas Correntes	186.746,41	
Total das Receitas Correntes		23.582.406,31
<b>Total da Receita Orçamentária</b>		<b>23.582.406,31</b>
<b>Receita Extra-Orçamentária</b>		
Restos a Pagar	2.768.359,27	
Depósitos e Consignações	2.834.956,44	
Outras Operações	52.314,39	
<b>Total da Receita Extra-Orçamentária</b>		<b>5.655.630,10</b>
<b>Total das Receitas</b>		<b>29.238.036,41</b>
<b>Saldo Anterior</b>		
Caixa e Bancos		2.177.269,82
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>31.415.306,23</b>
<b>Despesa Orçamentária</b>		
Saneamento	21.455.182,73	
<b>Total da Despesa Orçamentária</b>		<b>21.455.182,73</b>
<b>Despesa Extra-Orçamentária</b>		
Restos a Pagar	1.485.811,28	
Depósitos e Consignações	3.002.436,69	
Outras Operações	52.516,25	
Repasses Financeiros Concedidos	2.164.157,73	
<b>Total da Despesa Extra-Orçamentária</b>		<b>6.704.921,95</b>
<b>Total das Despesas</b>		<b>28.160.104,68</b>
<b>Saldo p/ Mês</b>		
Caixa e Bancos		3.255.201,65
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>31.415.306,23</b>

A gestão financeira encerrou o exercício com superávit financeiro de R\$ 1.077.931,73 na relação receitas realizadas mais saldo proveniente do exercício 2017, menos as despesas pagas, com inclusão dos restos a pagar e demais despesas extra orçamentárias.





**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha  
17/24**

**4.3. Gestão Patrimonial**

**Balço Patrimonial**

Art 105 da Lei 4.320/1964

Valores em R\$ 1,00

<b>TÍTULOS DO ATIVO</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
<b>ATIVO</b>			
Ativo Financeiro			
Bancos	3.255.201,55	3.255.201,55	
Devedores Diversos	33.678,39	33.678,39	3.288.879,94
Ativo Permanente			
Bens Móveis	6.424.836,94		
Bens Imóveis	30.665.346,48	37.090.183,42	37.090.183,42
Créditos			
Dívida Ativa	12.716,01		
Faturas/Duplic. a receber faturadas	2.377.237,06	2.389.953,07	2.389.953,07
Valores Diversos			
Ações	10.211,16		
Bens e Valores em circulac Estoques	1.771.345,85		
Participação em Consórcios	272.647,69	2.054.204,70	2.054.204,70
<b>SOMA DO ATIVO REAL</b>			<b>44.823.221,13</b>
<b>ATIVO COMPENSADO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>44.823.221,13</b>
<b>TÍTULOS DO PASSIVO</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivo Financeiro			
Restos a Pagar	2.964.171,67		
Depósitos e Consignações	263.320,32		
Outras Operações	4.493,08	3.231.985,07	3.231.985,07
Passivo Permanente		0,00	0,00
<b>SOMA DO PASSIVO REAL</b>			<b>3.231.985,07</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			
<b>ATIVO REAL LÍQUIDO</b>			<b>41.591.236,06</b>
<b>PASSIVO COMPENSADO</b>			<b>0,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>44.823.221,13</b>

<b>TÍTULOS DO ATIVO</b>	<b>2017 (R\$)</b>	<b>2018 (R\$)</b>
<b>ATIVO</b>		
Ativo Financeiro	2.205.118,84	3.288.879,94
Ativo Permanente	37.972.502,06	37.090.183,42
Créditos	1.581.347,36	2.389.953,07
Valores Diversos	1.566.879,87	2.054.204,70



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha**  
18/24

SOMA DO ATIVO REAL	43.325.848,13	44.823.221,13
ATIVO COMPENSADO	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>43.325.848,13</b>	<b>44.823.221,13</b>
<b>TÍTULOS DO PASSIVO</b>		
	R\$	R\$
PASSIVO		
Passivo Financeiro	2.164.776,89	3.231.985,07
Passivo Permanente	0,00	0,00
SOMA DO PASSIVO REAL	2.164.776,89	3.231.985,07
SALDO PATRIMONIAL		
ATIVO REAL LÍQUIDO	41.161.071,24	41.591.236,06
PASSIVO COMPENSADO		0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>43.325.848,13</b>	<b>44.823.221,13</b>

Na análise da variação patrimonial a **execução orçamentária fechou o ano em superávit de R\$ 430.164,82.**

Observa-se o crescimento do ativo financeiro em decorrência do superávit financeiro do exercício. O que se manteve estagnado foram os valores referentes à dívida ativa, o que demonstra que não houve avanço na execução da dívida. Os demais valores constantes na conta créditos se referem a faturamento de contas do mês de dezembro que só serão devidamente recebidas em janeiro do exercício posterior.

De acordo com o levantamento prévio da área de patrimônio, definido a data de corte 31 de dezembro de 2018, os valores patrimoniais dos bens móveis chegaram a R\$ 6.424.836,94 e dos bens imóveis chegaram a R\$ 30.665.346,48. O valor do ativo permanente fechou em R\$ 37.090.183,42, abaixo dos R\$ 37.972.502,06 apurados em 2017. A justificativa para essa queda pode estar ligada à revisão pela qual a gestão patrimonial do SAAE está passando, catalogando novamente o patrimônio da empresa, fazendo ajustes de lançamentos no sistema de informação e se adequando aos requisitos legais.

De 2017 para 2018 houve um acerto no lançamento dos ativos permanentes no sistema de gestão, estabelecido por lei, uma vez que em 2017 boa parte dos bens imóveis estavam catalogados como bens de natureza industrial, termo que foi revisto.

Mesmo com um trabalho em andamento na área patrimonial, o que se percebe é a insuficiência de pessoal para executar toda a revisão patrimonial a qual o SAAE necessita para sua devida adequação legal. O setor responsável pelo patrimônio faz também a gestão de materiais, que é outro grande entrave gerencial da Autarquia e, por fim, os trabalhos são morosos e os resultados demorados.



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha**  
19/24

**5. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DA LRF**

**5.1. Despesas com Pessoal**

Dentro do limite definido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar nº. 101/2000, *in verbis*:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

.....

*III – na esfera municipal:*

*a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município quando houver;*

*b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.*

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, conforme determina o § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com pessoal do Poder Executivo não poderão exceder a 54% da Receita Corrente Líquida.

Descrição	Valor (R\$)
Rateio pela participação em Consórcio Público	45.384,16
Pessoal Cargo Efetivo	7.085.375,19
Pessoal Cargo Comissionado	904.244,67
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	457.543,10
Obrigações Patronais	1.459.945,98
Despesas de Exercícios Anteriores	84.382,33
<b>Total das Despesas com Pessoal - SAAE</b>	<b>10.036.875,43</b>

Descrição	Acumulado 2017	
	%	Valor (R\$)
Aplicação no SAAE	42,56	10.036.875,43
Permitido pela Lei Complementar nº 101	Limite Legal	60,00
	Limite Prudencial	57,00



## RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO 2018

DATA: 13.03.2018

Folha  
20/24

Demonstra-se nos quadros acima os gastos com pessoal realizados pelo SAAE, o qual evidencia o **cumprimento** da norma legal quanto à observância do limite prudencial pela Autarquia, com margem de aproximadamente 17% dentro do permitido por lei para o Executivo. De posse de tal informação, cabe a gestão da Autarquia uma ação conjunta com as diretorias no sentido de levantar demandas por novos colaboradores em cargos com deficiência, dentro, logicamente, das margens limítrofes estipuladas pela LRF, na razão de 95% do limite, ou seja, até 57,00% da Receita Líquida Corrente.

### 5.1.1. Repasses ao IPREVI

Um dado importante a constar no relatório são os repasses ao Instituto de Previdência Social (IPREVI) em relação aos pagamentos de inativos e pensionistas. O montante repassado no ano de 2018 foi de R\$ 2.164.157,73 em face aos R\$ 1.855.735,73 referente ao exercício de 2017, alta de 16,62%. Como já citado, esse valor extraorçamentário impacta de forma significativa nos resultados financeiros da Autarquia pelo grande volume que representa sobre a receita.

O aumento considerável de mais de 16% de 2017 para 2018 serve como alerta e reforça para a necessidade de aumentar o faturamento da Autarquia, em detrimento à breve incapacidade financeira de honrar com os compromissos previdenciários.

### 5.2. Restos a Pagar – Dívida Flutuante

Nos termos do art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64, somente poderá ser inscrita em restos a pagar a despesa empenhada, mas não paga até 31 de dezembro. Além disso, a LRF, no inciso II, do art. 50, determina que a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, disposição esta que se aplica também aos Restos a Pagar.

O cancelamento ou baixas de restos a pagar ocorrem pelas seguintes razões: pagamento, prescrição, conversão em dívida fundada ou outras razões apuradas em processo formal. Somente as despesas empenhadas podem ser inscritas em restos a pagar. Não havendo crédito orçamentário para a parcela da despesa por conta do outro orçamento, não poderá haver empenho nem inscrição em Restos a Pagar.

O quadro abaixo demonstra o histórico da dívida fluante do SAAE:

Descrição	Saldo do Exercício Anterior (R\$)	Movimento no Exercício			Saldo para o mês seguinte (R\$)
		Inscrição	Pago	Cancelamento	
Restos a Pagar 2010	2.550,00	2.550,00	0,00	1.800,00	2.550,00
Restos a Pagar 2014	18.567,50	18.567,50	1.670,00	16.897,50	0,00
Restos a Pagar 2015	69.704,34	69.704,34	0,00	0,00	69.704,34
Restos a Pagar 2016	42.960,86	42.960,86	32.151,43	321,63	10.487,80
Restos a Pagar 2017	1.601.328,05	1.601.328,05	1.451.989,85	36.267,94	113.070,26
<b>Total (R\$)</b>	<b>1.735.110,75</b>	<b>1.735.110,75</b>	<b>773.813,06</b>	<b>1.485.811,28</b>	<b>195.812,40</b>



## RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO 2018

DATA: 13.03.2018

Folha  
21/24

Boa parte das inscrições em restos a pagar é proveniente de contratos empenhados em suas integralidades no exercício 2018, mas que terão parte em execução em 2019. Exemplo disto é o contrato de terceirização da frota de coleta de lixo, estimado em aproximadamente R\$ 2.200.000,00 ao ano, que teve orçamento empenhado em sua integralidade em agosto de 2018, mas o encerramento do contrato é apenas em julho de 2019, ou seja, praticamente a metade do valor foi inscrita em dezembro como restos a pagar, referente ao restante do contrato.

### 5.3. Créditos Suplementares com anulações de dotações

Lei	Decreto	Valor (R\$)
02677	05195	2.645.000,00
02677	05221	60.000,00
02677	05245	140.000,00
02677	05258	122.000,00
02677	05278	366.000,00
<b>Total (R\$)</b>		<b>3.333.000,00</b>
Orçamento		30.000.000,00
Autorização – Lei 02677	20%	6.000.000,00
Autorização – Lei 02630	10%	3.000.000,00
<b>Percentual de utilização de crédito autorizado</b>		<b>11,11%</b>

A utilização dos créditos suplementares, através dos decretos acima apresentados, demonstra o que já foi citado anteriormente, ao que transparece, o planejamento é realizado mais como exigência no cumprimento legal, pois poucas ações lançadas nele são realmente executadas. É de conhecimento da gestão que o fluxo financeiro é o suficiente apenas para a manutenção das atividades operacionais, e os decretos deixam isso evidente, o fluxo do capital vai em grande parte para o custeio das principais despesas.

Não há nenhuma ilegalidade aparente na execução dos decretos, que atendem aos índices previstos em lei.

### 5.4. Dívida Ativa

A dívida ativa inscrita até o ano de 2018 continua de apenas R\$ 12.716,01 de um montante total passível de ser inscrito, entre 01/2008 e 12/2018 de pouco mais de R\$ 5.100.000,00. As recomendações feitas pela Controladoria em 2017 estão sendo parcialmente atendidas, já houve avanços na formatação da cobrança para inscrição da dívida ativa, que seguramente deve ser executada neste exercício. Porém, até o fechamento deste relatório, o Controle Interno não havia recebido as informações para homologação da cobrança e recomenda agilidade nos processos.



## RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha**  
22/24

### 6. PARECER CONCLUSIVO

O parecer conclusivo do Controle Interno para o exercício 2018 é pela aprovação das contas nas gestões orçamentária, financeira e patrimonial. A gestão se mostra comprometida em executar, dentro das suas possibilidades, todas as atividades na busca de prestar um serviço de qualidade para a população dentro da sua realidade financeira. A restrição financeira força a gestão a trabalhar unicamente para manter as operações essenciais.

Em análise geral podemos extrair algumas recomendações.

Há anos os investimentos diversos em estrutura e pessoal estão abaixo da necessidade e isso reflete na situação estrutural e gerencial pela qual a Autarquia enfrenta atualmente. Problemas diversos nas operações, falta de estruturas, frota antiga e deficiente, falta de pessoal, crescimento estagnado, são reflexos da situação.

É necessário investir esforços para alavancar as receitas da Autarquia e recuperar o poder financeiro de investimentos importantes para a manutenção da oferta dos serviços sempre maior que a demanda, seja quantitativo e qualitativo. Medidas como reajustar e rever constantemente o valor da tarifa de água e esgoto, buscar mecanismos de revisão da taxa de coleta de lixo que tem sido reajustada apenas pela UFM desde 2014, rever valores de serviços prestados como ligação de água e esgoto, ajustar valores das multas, aplicar a atualização cadastral, dentre outras medidas que permitirão investir em mais qualidade dos seus serviços, com ganho na qualidade da prestação dos serviços aos consumidores.

A partir da elevação do poder financeiro da Autarquia, realizar uma reorganização administrativa, colocando todas as ferramentas gerenciais em prática, a começar pela gestão patrimonial e controle de almoxarifado, que se mostram ineficientes em suas operações. Além de concurso para reposição de vagas existentes, ociosas e necessárias, não extintas pela Lei 2.672/2017.

Há também de se alertar a administração geral a respeito da desvinculação de receitas oriundas de fontes com fator de geração determinado. Os créditos suplementares são medidas legalmente respaldadas, mas há de se atentar aos limites legais aferidos pela constituição legal da tributação, fator de geração da receita, seja ela por tarifas ou taxas. Ter especificado e devidamente controlado os centros de custos referentes a cada fonte de recurso é medida primordial para as boas práticas financeiras e atendimento legal da atividade. Este controle



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha**  
23/24

interno recomenda prioridade e critério rígido nos controles de vinculação de receitas.

Recomenda-se também agilidade no processo de adesão do SAAE ao regulamento proposto pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Zona da Mata Mineira – CISAB, discutir as arestas que estão impedindo tal adesão, ajustar o regulamento e implantá-lo em sua integralidade ao sistema. Tal adesão forçará a gestão a adequações importantes na prestação dos serviços que resultarão na melhoria geral das atividades e serviços do SAAE.

Viçosa, 13 de Março de 2018.

Murilo Pizato Marques  
Controlador Interno  
CRA-MG 01-062986/D



**RELATÓRIO ANUAL DE  
CONTROLE INTERNO**

**EXERCÍCIO 2018**

**DATA: 13.03.2018**

**Folha**  
24/24

## **7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Manual de Elaboração: o passo a passo da Elaboração do PPA para municípios**. Brasília, 2. ed., 2005.

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária. **Avaliação do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008-2011 - Exercício 2008**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2009.  
<http://www.planejamento.mg.gov.br>

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação. **Manual de Elaboração do PPAG 2010-2013 e da Proposta Orçamentária 2013**. Prefeitura de Belo Horizonte, 2012.

Controladoria Geral da União, Secretaria Federal de Controle Interno. **Manual de Elaboração de Relatórios do Controle Interno**. Brasília, Maio de 2014.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - **Instrução Normativa 04 de 2017**.